

Debate sobre previdência demonstra ofensiva aos direitos trabalhistas

No dia 03/09, a Adufes realizou o debate "Ofensiva aos direitos trabalhistas e reforma da previdência", do qual participaram as professoras Sara Granemman, da Escola de Serviço Social da UFRJ, e Maria Madalena Sartim, do Departamento de Serviço Social da UFES. Na ocasião, além das perdas que os servidores públicos tiveram com a reforma da previdência, foi enfatizada a estratégia da implantação efetiva dos fundos de pensão para complementar a aposentadoria dos servidores públicos.

De acordo com a professora Sara Granemman, a contra-reforma da previdência teve início no governo Collor, mas foi efetivada no de Fernando Henrique Cardoso, em 1998. Nesse ano, foi estabelecido que a aposentadoria seria vinculada à idade mínima e ao tempo de contribuição. "Esse é um mecanismo muito perverso, pois a força de trabalho no Brasil ingressa muito jovem no mercado, trabalhando durante muitos anos", disse Sara. Ela ainda exemplificou que determinadas categorias de servidores públicos chegam a viver apenas três anos após a aposentadoria.

O principal marco na reforma da previdência ocorreu, no entanto, em 2003, quando houve a perda da integralidade da aposentadoria para quem ingressou a partir de 2004 e a introdução do regime de previdência complementar. "O ataque à previdência pública está vinculado à implantação da previdência privada, pois a proposta é de que os servidores públicos completem sua remuneração para ficar acima do teto do INSS", explicou Sara. Ela também afirmou que, ao contrário da justificativa dos governos neoliberais para aprovar a reforma, a previdência social nunca foi deficitária, possuindo um superávit de 50 bilhões de reais, o que representa o orçamento anual da saúde pública brasileira no âmbito municipal, estadual e federal.

Fundos de pensão são a estratégia do próximo governo. A implantação efetiva da previdência privada pelos fundos de pensão é o que está na pauta do próximo governo. De acordo com a professora Sara, existem dois projetos na Câmara dos Deputados com esse teor para serem aprovados. "Os fundos de pensão não são fontes seguras para a aposentadoria, pois na recente crise do capitalismo muitos quebraram e trabalhadores ficaram sem emprego e sem aposentadoria", afirmou. A professora disse que apenas a organização e a luta dos servidores públicos é que pode reverter esse quadro.

Projeto de Carreira é uma reforma da previdência velada para docentes. Além da reforma da previdência em âmbito geral, a reestruturação da carreira docente, proposta recentemente pelo Governo Federal, traz regras mais duras de aposentadoria para docentes. "As seções sindicais precisam se empenhar no debate de carreira, pois a ele vincula-se o debate de previdência social", reiterou Sara.

Direitos trabalhistas são atacados por outras reformas. Além da reforma da previdência, as reformas sindical e trabalhista também representaram perdas de direitos para os trabalhadores no Brasil, demonstrando como os governos neoliberais aplicaram uma política articulada de ataque aos direitos sociais de toda a classe trabalhadora. De acordo com a professora Maria Madalena Sartim, a terceirização dos serviços, a flexibilização da remuneração e da jornada de trabalho foram algumas medidas instituídas no Brasil na tentativa de conter a crise do capitalismo. "A questão da Reforma do Estado adquiriu centralidade no debate sobre as condições para o enfrentamento da crise que se lançou na sociedade com o impacto da mundialização econômica", explicou Madalena.

Repercussão do debate. De acordo com a professora que ingressou recentemente no Departamento

Foto: Comunicação Adufes



Professores, estudantes e sindicatos da educação discutem a reforma da previdência.

de Administração da Ufes, Flávia Meneguelli, o debate foi importante porque apresentou novas informações sobre a situação da previdência social, esclarecendo dúvidas. "A situação de aposentadoria do professor, após as mudanças na lei, é bastante preocupante, pois foram retirados vários direitos, permanecendo a estabilidade na carreira", afirmou Flávia. Ela ainda disse que os docentes devem se unir

para reivindicar seus direitos.

A unificação dos servidores públicos também foi apontada como uma iniciativa importante na defesa da previdência social. "Esse debate precisa atingir outras categorias de servidores públicos e os trabalhadores de maneira geral", sugeriu Daniel Barboza Nascimento, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupe).

Confira as principais mudanças nas regras de aposentadoria

EC 20/1998

Estabeleceu-se o critério de idade mínima para aposentaria no serviço público (55 anos para mulheres e 60 para homens) junto com tempo de contribuição (35 para homens e 30 para mulheres).

EC 41/2003

- Quebra da integralidade: O cálculo dos proventos de aposentadoria passa a ser feito pela média de contribuições, não com o último valor do vencimento.

- Teto da aposentadoria: limita o valor dos proventos ao máximo pago pelo regime geral do INSS, que, atualmente, é de R\$ 3.467,40.

- Taxação dos aposentados: inativos e pensionistas também passam a contribuir com a previdência social.

- Quebra da paridade: os aposenta-

dos não terão os mesmos aumentos remuneratórios que os servidores da ativa. Os reajustes dos benefícios serão feitos de forma a preservar o valor real, mas serão independentes dos reajustes de quem está em atividade.

- Introdução do regime de Previdência Completar.

EC 47/2005

- Aposentadoria do servidor: Admite-se a concessão de aposentadoria mediante requisitos e critérios diferenciados, ou seja, admite-se, por exemplo, aposentadoria especial (insalubre, periculosa, raio-x) para o servidor público e portadores de deficiências.

- Docentes: O professor deixa de ter direito à redução de idade e tempo de contribuição.

XV Encontro
Nacional de Assuntos
de Aposentadoria

Observatório do
Reuni visita o
CEFD

Curso de formação
política ocorrerá
em outubro

Aposentividade foi o tema do XV Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN

Aconteceu entre os dias 27 e 29 de agosto, na Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR), o XV Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN. A atividade, que abordou o tema "Vida, Saúde e Trabalho: Aposentividade", contou com cerca de 100 participantes, entre docentes da UFPR e representantes de 27 seções sindicais do Andes-SN.

Durante o evento, foram realizados debates, palestras, conferências e apresentações culturais que apro-

fundaram a discussão do movimento docente sobre a relação entre saúde, vida, trabalho e aposentadoria. Outros pontos de debate foram a proposta de reestruturação da carreira docente e o impacto da criação de novas classes sem a justa transposição dos aposentados; as condições de vida e saúde após a aposentadoria; a situação da previdência social após as reformas de 1998 e 2003; e a participação dos professores aposentados nas atividades universitárias.

Aposentividade. O XV Encontro Nacional de Assuntos de Aposenta-

doria teve como foco a análise das relações entre o trabalho desenvolvido ao longo da carreira e as condições de saúde e vida dos docentes após a aposentadoria, destacando o protagonismo do segmento nas atividades sindicais e no processo de decisão sobre os rumos das universidades. Devido a essa participação ativa dos aposentados é que foi utilizada a expressão "aposentividade" no tema do encontro.

Para a professora Bernardete Gomes Mian, que participou do encontro como integrante do Grupo de Trabalho (GT) de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria da Adufes, a atividade conseguiu cumprir os objetivos, pois os temas foram bem encadeados e proporcionaram o fortalecimento do GT nessa luta. "O evento ofereceu subsídios para as próximas discussões com a base e nos permitiu também fazer uma reflexão acerca das atuais condições não só do professor aposentado, mas da categoria docente como um todo", destacou Bernardete.

Próximas atividades. Entre os encaminhamentos do encontro, apontou-se a necessidade de que a luta

pelos direitos previdenciários seja assumida pelo conjunto dos trabalhadores, sejam eles já aposentados ou não. Nesse sentido, os professores aposentados devem participar em assembleias e demais atividades das seções sindicais para aprofundar a discussão sobre a nova proposta de carreira junto com os professores da ativa. Também foi sugerido que os aposentados se reúnam periodicamente e que o Andes-SN fomente ações para esse segmento com o objetivo de organizá-lo para a luta do movimento docente como todo.

De acordo com o GT de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN, a atual diretoria da entidade está empenhada em dar seguimento às ações aprovadas nas instâncias deliberativas sobre esse tema. Dessa forma, será feita uma pesquisa sobre o perfil do docente aposentado e também uma cartilha sobre a situação da previdência social no Brasil, a qual deverá fomentar um debate qualificado sobre o assunto entre os professores.



Encontro destaca a importância da atuação dos aposentados no debate sobre carreira docente.

Comissão de revisão do estatuto solicita sugestões aos departamentos

No mês de agosto, a comissão mista com a finalidade de propor um novo Regimento Geral e de revisar o Estatuto da Ufes, encaminhou para todas as unidades departamentais um memorando, com a informação de que a comissão irá receber até o dia 13 de outubro de 2010 possíveis sugestões da comunidade universitária. As contribuições oriundas dos departamentos deverão compor o documento que será sistematizado pela comissão e entregue ao Conselho Universitário. A presidente da comissão, Maria Aparecida Barreto, lembrou que até o momento poucos departamentos enviaram sugestões. "Esta é a segunda vez que encaminhamos uma circular requisitando sugestões para as unidades administrativas da Ufes, mas até o momento o

retorno dos departamentos tem sido baixo", salientou.

Para o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, é preciso que seja criada, de fato, uma comissão estatuinte. "A comissão que foi organizada e constituída pela reitoria tem o objetivo de levantar sugestões para alterações no Estatuto e no Regimento Geral da Ufes", lembrou. Uma comissão estatuinte, na visão de Rocha, tem um papel diferente, que é o de proporcionar um processo de discussão democrático na universidade, por meio da realização de diversas atividades que envolvam todos os segmentos da comunidade acadêmica e também a sociedade civil, culminando na realização de um Congresso Estatuinte onde serão aprovadas as resoluções.

Resolução sobre controle de frequência é analisada pela Procuradoria Geral da Ufes

No final do mês de agosto, a Comissão do sistema de controle eletrônico de ponto encaminhou o projeto de resolução para análise da Procuradoria Geral da Ufes. De acordo com o presidente da Comissão, Edebrando Cavaliere, foram feitas sugestões ao Conselho Universitário. "É preciso definir a jornada de trabalho dos técnico-administrativos; determinar em que setores e atividades será necessário o horário ininterrupto de funcionamento por, no mínimo, 12 horas, para que seja proposto o horário de 6 horas para atendimento ao público", destacou Cavaliere. O presidente da Comissão explicou ainda que foi encaminhado um documento para cada centro da Ufes solicitando a descrição do funcionamento das equipes técnico-administrativas, o que deve ser feito num prazo de 90 dias. Cabe ao Conselho Universitário homologar as sugestões vindas dos centros. "A Comissão recomendou ao Conselho que seja convocada uma reunião extraordinária especificamente para discussão da proposta de resolução",

explicou Cavaliere.

Ponto eletrônico para docentes.

No que se refere ao controle de ponto dos docentes, Cavaliere reafirmou a proposta de controle para regência de sala de aula. "O Ministério Público exige um parecer mensal sobre as atividades da Comissão e ainda nos informou que há alunos procurando o MP para denunciar professores que não estão cumprindo sua carga horária de aula", enfatizou.

O presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, destacou que a sugestão do controle de frequência encaminhada ao MPF não faz referência alguma ao regime de trabalho dos professores. "Os docentes não foram alvo da denúncia, pois em todo o documento não existiu sequer uma referência aos professores", lembrou. Ele defende que boa parte dos professores já fazem algum tipo de controle de frequência de regência de sala de aula, como a lista de presença assinada pelos alunos.



Centro de Educação Física sofre com falta de infra-estrutura noturna da universidade

O curso de bacharelado em Educação Física, que teve início em 2008, foi viabilizado com recursos do Reuni, que possibilitaram a ampliação do corpo docente e técnico-administrativo no Centro de Educação Física e Desportos (CEFD). As principais dificuldades encontradas por esse curso, no entanto, estão relacionadas à falta de infra-estrutura para o turno noturno na universidade.

De acordo com a direção do CEFD, o que havia sido previsto no projeto do Reuni para o centro foi cumprido até o momento. Em termos de contratações de pessoal, dos 12 professores que deveriam ingressar até 2012, 8 já estão em atividade e os demais irão iniciar os trabalhos no próximo ano, conforme previsto no cronograma. Todos os 8 técnico-administrativos também já foram contratados. Conforme informações do professor coordenador do mestrado em Educação Física, Otávio Tavares, no âmbito da pós-graduação há 2 bolsas de mestrado concedidas pelo Reuni.

Em relação às obras, apenas uma construção foi feita com recursos do Reuni, que é a do novo laboratório de fisiologia do exercício, com previsão de ser concluída no início de 2011. Os equipamentos solicitados já foram garantidos. “As principais dificuldades do curso possuem relação com a estrutura da própria Ufes, que é voltada para o período diurno”, afirmou Valter Bracht, diretor do CEFD.

A estudante do curso de bacharelado em Educação Física e integrante do Diretório Acadêmico “26 de Junho”, Cinthia Novaes Macedo, exemplificou as dificuldades enfrentadas no turno noturno. “Diversos espaços do centro não funcionam à noite. Quando cursamos a disciplina de Primeiros Socorros, o treinamento de salvamento aquático ocorreu no turno diurno para aqueles que podiam vir nesse horário, pois a piscina só funciona até às 17 horas. Os estudantes que não puderam vir porque trabalham de dia ficaram sem fazer o treinamento”, explicou Cinthia. Ela ainda disse que no início do curso houve problemas com laboratórios, cantinas e órgãos administrativos, que não funcionavam à noite.

Outra situação que foi relatada pelo professor do Departamento de Desportos, Adriano Fortes Maia, é a dificuldade da disciplina de Anatomia, que é ministrada por um docente do curso de Educação Física, mas

possui aulas práticas no laboratório do Centro de Ciências da Saúde (CCS), que não funciona no turno noturno, cabendo aos alunos ir ao local durante o dia. Ele também lembrou que os funcionários da limpeza são terceirizados e não trabalham no período da noite. “Para haver vida noturna na universidade, é preciso ter estrutura de cantina, iluminação, biblioteca e segurança funcionando muito bem”, opinou Adriano.

Para o integrante do Conselho de Representantes da Adufes e professor do Departamento de Ginástica, Antônio Carlos Moraes, não é possível resolver os problemas dos cursos noturnos se não houver uma reforma profunda na estrutura da universidade. “A tradição da universidade brasileira é de ser diurna. Porém, com a inclusão social dos trabalhadores que querem continuar estudando, houve a ampliação de cursos noturnos. O que percebemos, porém, é que a universidade não se preparou para isso”, explicou Antônio Carlos. Ele também afirmou que além de uma mudança interna na universidade, é preciso dialogar com a sociedade para resolver, por exemplo, a questão da segurança ao redor do campus e do sistema de transporte coletivo.

Estrutura do CEFD precisa de melhorias. De acordo com o estudante do curso de bacharelado em Educação Física e integrante do Diretório Acadêmico, Rafael Lages, a ampliação do curso deveria contar com a reforma e ampliação da atual estrutura do CEFD. “Além do laboratório de fisiologia, o Reuni não previu mais nada. É preciso haver melhorias nas instalações físicas do centro, que estão precárias, como o ginásio e as pistas de atletismo”, disse Rafael.

O CEFD enfrenta problemas que afetam, na verdade, tanto o curso noturno de bacharelado quanto a licenciatura no período diurno, sobretudo em relação à infraestrutura. A questão é que esses problemas ficaram mais evidentes no turno noturno. “É preciso melhorar as instalações do ginásio, pois chove dentro dele; melhorar a iluminação das pistas de atletismo, do campo de futebol e da piscina”, afirmou a professora do Departamento de Desportos, Zenólia Christina Campos Figueiredo, que irá assumir a direção do CEFD.

Para o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, a proposta do Reuni é problemática, pois baseia-se na ampliação de vagas nas

Reuni amplia vagas no CEFD, mas os problemas estruturais permanecem



Condições precárias da pista de atletismo e do campo de futebol prejudicam atividades práticas no CEFD.



Pista de salto em distância está completamente coberta por grama.



Estudantes apresentam piso do ginásio de esportes danificado devido a goteiras.

universidades a partir da estrutura já existente. “É complicado pensar em um centro que abriga um curso novo com instalações modernas e outros cursos antigos com instalações precárias e falta de professores. Dessa

forma, criam-se grandes contradições”, afirmou Rocha. Ele ainda reiterou que além de ampliar o número de alunos, é fundamental garantir todas as condições para a qualidade de ensino.

Ponto de Encontro terá edições mensais

O Ponto de Encontro da Adufes, que reúne docentes para integração ao som de uma boa música, passará a ter edições mensais. Até o final do ano, estão previstas mais três edições do evento.

O último Ponto de Encontro ocorreu no dia 03/09 e a atração da noite, Di Moraes, animou o público ao som de músicas da MPB, pop-rock e samba. Além da atração musical, funcionou na sede da Adufes um barzinho, onde foram vendidos petiscos, caldos, porções e bebidas.

A iniciativa reuniu mais de 70

professores para um momento de animação. "A descontração foi a grande marca da segunda edição do Ponto de Encontro, aliada a um ambiente com boa música e atendimento de primeira", destacou José Antônio da Rocha Pinto, presidente da Adufes. Ele também convidou os docentes para participar dos próximos eventos. Vale lembrar que os associados não precisam confirmar presença com antecedência.

Para sugerir atrações musicais e de culinária, envie um email para adm@adufes.org.br.

Curso de Formação Política "Trabalho e Questão Social" é promovido pela Adufes

Entre os dias 25 e 28 de outubro, de 14h às 18 horas, no Salão Rosa (CCJE), será realizado o Curso de Formação Política "Trabalho e Questão Social", com a professora Dr^a Maria Augusta Tavares (UFPB). O objetivo da atividade é discutir as principais transformações históricas do trabalho no século XXI e apontar os desafios para a organização sindical.

Uma atividade do curso que será aberta à comunidade acadêmica é a palestra "Trabalho na contemporaneidade: uma reflexão sobre a atividade docente", que será realizada no dia 27/10, a partir das 9 horas, na sede da Adufes, também com a professora mencionada.

O curso é uma iniciativa do Núcleo de Estudos do Trabalho da UFES (NET/UFES), que possui caráter interdisciplinar e está vinculado ao Departamento de Serviço Social, em parceria com o Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical da Adufes (GTPFS).

Inscrições para o curso: Serão disponibilizadas 30 vagas para os associados da Adufes, que podem se inscrever pelo e-mail adm@adufes.org.br, até o dia 18 de outubro. A atividade contará com certificado para os que tiverem 75% de participação. Para mais informações, entre em contato com a professora Madalena Sartim pelo telefone: 3335-2606.

Fotos: Comunicação Adufes



Docentes e familiares divertem-se ao som de Di Moraes

15 de Outubro: Festa do Dia do Professor



No dia 15 de outubro, sexta-feira, a partir das 21 horas, ocorrerá a Festa do Dia do Professor na sede da Adufes, no campus de Goiabeiras Para participar, basta confirmar a presença até o dia 13/10 pelo e-mail adm@adufes.org.br. Cada associado pode levar 01 acompanhante.

No campus de Alegre, a Festa do Professor será comemorada no dia 14/10, a partir das 19 horas, na sede da AABB. Em São Mateus, ocorrerá no dia 18/10.

EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.
ADUFES - Seção Sindical do Andes - SN
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.ES
CEP 29075-910
Fone: 27. 3335.2717 Fax:27. 3227.3908
www.adufes.org.br
comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto
presidente
Geraldo Rossoni Sisquini
tesoureiro geral
Temístocles de Souza Luz
1º tesoureiro
Ricardo Roberto Behr
secretário geral

Mariane Lima de Souza
1ª secretária
Valter Pires Siqueira
1ª suplente
Edinete Maria Rosa
2ª suplente
Dulcinéa Sarmiento Rosemberg
3ª suplente
Bernardete Gomes Mian
4ª suplente

Jornalistas Responsáveis:

Giselle Pereira (Mtb 2644)
Luciana Silvestre (Mtb 2210)

Estagiário de Design Gráfico

Gustavo Binda

Tiragem: 2.000 exemplares

DECISÃO LIMINAR FAVORÁVEL A ASSOCIADO DA ADUFES

No início do mês de setembro, a Assessoria Jurídica da Adufes conseguiu obter decisão antecipatória favorável à docente filiada à Seção Sindical representada no processo judicial de nº 2010.50.01.007097-8, que tramita na 2ª Vara Federal Cível de Vitória. Desde abril deste ano, a UFES vinha efetuando descontos a título de reposição ao erário, provenientes de vantagem pessoal prevista no art. 12, § 5º, da

Lei nº. 8.270/91, que versa sobre a percepção do adicional de insalubridade. Além disso, a universidade pretende minorar os percentuais de gratificação para os trabalhos exercidos pela autora sob condições agressivas à saúde. A decisão liminar proferida pela Juíza Federal Enara de Oliveira Olímpio Ramos Pinto determina que a UFES se abstenha de efetuar quaisquer novos descontos no decorrer do processo sobre os vencimentos da autora, especificamente a título da reposição ao erário de que cuida a ação, até ulterior deliberação.

Aplicabilidade da Decisão em novos casos

A recente decisão proferida pela 2ª Vara Federal Cível de Vitória no processo de nº 2010.50.01.007097-8 será utilizada como precedente judicial nas próximas ações movidas pela Assessoria Jurídica da Adufes. O Departamento de Recursos Humanos da UFES, segundo ofício veiculado em agosto deste ano, pretende efetuar o corte no pagamento da vantagem prevista no art. 192, inciso I, da Lei 8.112/90, bem como o ressarcimento ao erário em razão deste benefício. A Dra. Enara de

Oliveira Pinto, entretanto, afirma não ser possível atribuir ao servidor responsabilidade por ato ao qual não deu causa. Acerca do assunto, a liminar concedida pela Juíza Federal estabelece de maneira clara: "os tribunais pátrios têm consolidado jurisprudência firme no sentido de não ser exigível a restituição dos valores pagos a maior ao servidor público, desde que recebidos de boa-fé".